



Os estudos feministas da deficiência e suas aproximações com a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos Tóquio/2020¹

Feminist Disability Studies
and its approximations with
the media coverage of
Tokyo/2020 Paralympic
Games

Tatiane Hilgemberg

Professora Adjunta do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: tatianehilgemberg@gmail.com.

¹ Uma versão desse artigo foi publicada nos Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação



Resumo

Recentemente os Estudos Críticos da Deficiência começaram a utilizar a perspectiva interseccional – que emergiu dos estudos de feministas negras nos Estados Unidos que pretendiam entender como as estruturas de raça e gênero se cruzam – que se tornou popular nos últimos anos, principalmente em pesquisas que abordam grupos marginalizados. Este estudo tem como objetivo analisar a home page do portal de notícias Globo.com durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020, focando na representação das mulheres através das lentes dos Estudos Feministas da Deficiência. Nossos resultados apontam para um processo, ainda que tímido, de equidade na representação de homens e mulheres, com a presença de alguns apagamentos e silenciamentos mais acentuados na cobertura de atletas do sexo feminino.

Palavras-chave: Jogos Paralímpicos. Gênero. Estudos Feministas da Deficiência.

Abstract

More recently Critical Disability Studies started to use the intersectional perspective – that emerge from Black Feminist Studies in the United States and intend to understand how race and gender cross – that became popular in the last few years, especially in research about marginalized groups. The aim of this study is to analyse the Globo.com homepage during the media coverage of the Tokyo/2020 Paralympic Games, focusing on the portrayal of woman using the Feminist Disability Studies. Our results a process, albeit timid, of equity in the representation of men and women, with the presence of some invisibility and more accentuated silencing in the coverage of female athletes.

Keywords: Paralympic Games. Gender. Feminist Disability Studies.



1 Introdução

Os estudos feministas nos mostram que o esporte é uma arena marcada por corpos masculinos, seus sentidos, objetivos, organização e experiências são construídos e valorizados como atributos de formas dominantes da masculinidade na sociedade. Em geral a ideia de força, ou poder, física é vista como incompatível com as definições de feminilidade. A mídia esportiva tem papel fundamental ao relacionar ideais como agressividade, força e competitividade a atletas masculinos, enquanto características como emoção, passividade e fraqueza são relacionadas às mulheres atletas.

Nos últimos 30 anos, pesquisadores do mundo todo (PEDERSEN, 2002; CROSSMAN et al., 2007; PEREIRA; PONTES; RIBEIRO, 2014) têm se debruçado sobre as representações midiáticas de atletas homens e mulheres nos jornais esportivos e Caderno de Esportes de jornais generalistas. Esses estudos abarcam competições internacionais como Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão, Mundiais de Atletismo, Commonwealth Games, entre outros, e as conclusões a que essas pesquisas chegaram mostram que matérias e fotografias sobre o esporte feminino e sobre a atleta mulher apresentam-se em número reduzido, e, no geral, tendem a sub-representá-las. No esporte para pessoas com deficiência não é diferente, o olhar masculino também é o hegemônico.

Na literatura encontramos alguns estudos que apontam estratégias midiáticas que sustentam a posição hegemônica masculina no esporte como a cobertura desigual dada a homens e mulheres também no âmbito Paralímpico (MARCELLINI, 2012; LEE, 2013; FIGUEIREDO, 2017).

As mulheres atletas subvertem as ordens sociais ligadas ao gênero, uma vez que sua presença nessa arena foi historicamente negada, e à sexualidade porque as características femininas, presentes ou ausentes, desvirtuam a hegemonia masculina. As mulheres atletas com deficiência ferem ainda a ordem social capacitista, ao apresentarem um corpo funcional e apto para o esporte desafiando a ideia de que seus corpos são inferiores, incompletos e passivos.

Recentemente os Estudos Críticos da Deficiência começaram a utilizar a perspectiva interseccional – que emergiu dos estudos de feministas negras nos Estados Unidos que pretendiam entender como as estruturas de raça e gênero se cruzam – que se tornou popular nos últimos anos, principalmente em pesquisas que abordam grupos marginalizados. Os estudos feministas da deficiência a partir dessa perspectiva interseccional unem feminismo e deficiência a fim de demonstrar que as instituições, práticas, construções e discursos sociais fazem com que corpos categorizados como femininos e com deficiência sejam alvo de, no mínimo, uma dupla desvantagem, por um lado pela sociedade patriarcal e por outro pela corponormatividade, um conjunto de normas e regras construídas socialmente que definem quais são os corpos adequados.

A forma como a sociedade conceitualiza a deficiência e reconhece as pessoas com deficiência tem implicações tanto para pessoas com quanto sem deficiência. Assim, este artigo buscar contribuir para a construção do feminismo para pessoas com deficiência, área para a qual não é dada a devida atenção. Tentaremos delinear as razões para a desigualdade na representação de homens e mulheres



na cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos, baseando-nos em uma discussão mais ampla sobre as intersecções entre gênero, deficiência e esporte.

Assim, nosso objetivo é analisar a home page do portal de notícias Globo.com durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020, focando na representação das mulheres através das lentes dos Estudos Feministas da Deficiência.

2 Gênero e deficiência no esporte

O esporte é um fenômeno generalizador uma vez que auxilia na construção da ordem de gênero vigente. Enquanto instituição generificada, sua estrutura e valores (regras, organização formal, composição sexual, etc.) espelham concepções dominantes de masculinidade e feminilidade (KNIJNIK, 2004), além de normas corporais. As condições de acesso e participação das mulheres no esporte, quando comparadas às dos homens, nem sempre foram iguais, seja no campo das práticas corporais e esportivas, sejam elas no esporte de rendimento, no lazer, na educação física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, nos valores de alguns prêmios atribuídos aos vencedores e vencedoras de competições esportivas, e na administração e gestão.

Até 1880 as mulheres não participavam ativamente do esporte (MELO, 2007). Sua participação se limitava a modalidades consideradas femininas como ginástica, patinação, ou em jogos recreacionais que não drenavam sua energia, vista como algo necessário para a procriação. Entre 1880 e 1920 as ideias sobre feminilidade mudaram, mas muitos preconceitos se mantiveram dificultando a inserção da mulher no esporte.

Na antiga Grécia, os Jogos Olímpicos estavam interditados às mulheres. E apesar de os Jogos Paralímpicos terem sido criados sem a restrição de gênero, a inserção tardia da mulher no esporte de alto rendimento pode ser um dos motivos para que a participação das atletas do sexo feminino seja inferior, em termos numéricos.

Aqui vale um breve histórico dos Jogos Paralímpicos e a inserção feminina neste evento. Depois da Segunda Guerra Mundial, por conta do vasto conhecimento médico e desenvolvimento de novas tecnologias, a expectativa de vida de pessoas com lesões medulares aumentou significativamente. Ludwing Guttmann, então diretor do Spinal Injuries Centre (Centro de Lesionados Medulares) no Hospital de Stoke Mandeville, introduziu as práticas esportivas como parte da reabilitação dos pacientes e é visto por muitos como o Barão de Coubertin dos Jogos Paralímpicos (GOLD, J.; GOLD, M, 2007). O esporte como reabilitação e recreação cresceu e Guttmann promoveu em 1948 o primeiro Stoke Mandeville Games que aconteceu nos jardins do hospital reunindo 16 atletas (14 homens e duas mulheres) com lesão medular que competiram em tiro com arco. A partir dessa primeira edição o evento passou a ter periodicidade anual. Gradualmente o evento deixou de ser voltado para os pacientes ou pessoas que passavam por processo de reabilitação. Em 1959 como



resposta à demanda por maior financiamento e organização internacional foi criado o International Stoke Mandeville Games Committee (Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville), que ficou responsável pela organização dos Jogos até 1972 (GOLD, J.; GOLD, M, 2007). O evento só recebeu o nome de Jogos Paralímpicos na edição de 1964 que aconteceu em Tóquio, mesma sede dos Jogos Olímpicos.

Os Jogos de Seoul/1988 são considerados como o marco dos Jogos Paralímpicos modernos, e foram os primeiros sob a coordenação do International Coordinating Committee (ICC – Comitê Coordenador Internacional). O evento além de ter tido a mesma sede dos Jogos Olímpicos, utilizou os mesmos locais de competição, o que representou a linha divisória entre o esporte como reabilitação e o esporte de alto rendimento. Em 1989 os Jogos entraram em sua última fase evolutiva com a instituição do Comitê Paralímpico Internacional que agregou 162 Comitês Paralímpicos Nacionais, cinco organizações regionais e quatro federações internacionais especializadas em um tipo de deficiência, sendo desde 1992 a única coordenadora dos Jogos Paralímpicos reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (GOLD, J.; GOLD, M, 2007).

O Brasil participou dos Jogos Paralímpicos pela primeira vez em Heidelberg/1972, mas sem medalhas. A primeira participação brasileira feminina nos Jogos aconteceu em 1976 na cidade de Toronto. No entanto na edição seguinte apenas 14 atletas do sexo masculino representaram o país em Arnhem. Os primeiros triunfos brasileiros – masculinos e femininos – vieram em 1984 no evento de Stoke Mandeville e Nova York.

Mesmo não tendo o mesmo histórico proibitivo de participação feminina, as atletas mulheres com deficiência sofrem com a exclusão e o preconceito, além de ter que lidar com a invisibilidade na mídia como apontam diversos estudos. Pappous et al. (2007), por exemplo, examinaram a proporção de fotografias de homens e mulheres na cobertura dos Jogos Paralímpicos de 1996, 2000 e 2004 pelos jornais espanhóis e observaram que das 335 imagens apenas 60 representavam mulheres como personagens principais. Thomas e Smith (2003) realizaram estudo similar na Grã-Bretanha durante as Paralimpíadas de 2000, e concluíram que as mulheres são menos representadas. Schantz e Gilbert (2001) analisaram a cobertura midiática dos jogos de 1996 pelos jornais franceses e alemães, concluindo que dos 104 artigos e 25 fotografias publicadas a maior parte era focada nos atletas do sexo masculino, e a análise das imagens mostrou que os homens estavam presentes três vezes mais do que as mulheres. Buysse e Borcharding (2010) examinaram as fotografias publicadas em 12 jornais de cinco países (China, Itália, Nova Zelândia, África do Sul e Estados Unidos) durante as Paralimpíadas de 2008, e perceberam que o número de fotos de mulheres em situação passiva, ou seja, em que não havia movimento atlético, era ainda maior em comparação aos homens (68% contra 32%, respectivamente). Também analisando fotografias publicadas em 12 jornais de alta circulação na Austrália, China, Reino Unido, África do Sul e Estados Unidos, Lee (2013) aponta conclusões semelhantes. Os jornais chineses não publicaram fotografias de mulheres, os jornais sul africanos e norte-americanos apresentaram três vezes mais homens dos que mulheres, e no Reino Unido



fotografias de homens apareceram um pouco menos do dobro de vezes. A Austrália foi o único país a publicar um número equitativo de fotografias que apresentavam homens (51,9%) e mulheres (46,8%).

Levando em consideração que diversos estudos, (KOIVULA, 1999; LENSKYJ, 1998) apontam que a mídia esportiva desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação da desigualdade de gênero, os dados apresentados pelas pesquisas acima referidas mostram o lugar de sub-representação e até invisibilidade da mulher atleta com deficiência na cobertura midiática em inúmeros países.

3 Estudos feministas da deficiência

As feministas foram as que, pela primeira vez, trouxeram o tema da dor e da experiência do corpo com deficiência e do corpo doente – aqueles que não serão produtivos ou independentes – para o centro das discussões. A filósofa sueca Eva Kittay (1999) argumenta em seu livro *Love's Labor: essays on women, equality, and dependency* que até aquele momento os estudos da deficiência haviam ignorado o cuidado, que é o ponto central da maioria das organizações sociais voltadas à pessoa com deficiência; e acredita que a interdependência era o valor que melhor expressa a condição humana, ou seja, as relações de dependência são inevitáveis à vida social. As feministas assim queriam que a necessidade do cuidado, demanda de vários grupos de pessoas com deficiência, fosse reconhecido, o que era um incômodo para os teóricos que se baseavam fundamentalmente na ideia de independência. A crítica feminista fez com que o olhar se voltasse também para o corpo, e apontou que havia convergência de opressões (raça, gênero, orientação sexual, idade). Assim, os Estudos Críticos da Deficiência começaram a utilizar a perspectiva interseccional, unindo feminismo e deficiência para demonstrar que as mulheres com deficiência são alvos de preconceitos tanto da sociedade patriarcal quanto da corponormatividade.

Nas palavras de uma das precursoras dessa teoria, Rosemarie Garland-Thomson (2005, p. 1557, tradução nossa) “Os estudos feministas da deficiência mostram como deficiência – da mesma forma que raça e gênero – é um sistema de representação que marca os corpos como subordinados, em vez de ser uma propriedade essencial dos corpos (...)”². Assim a deficiência é vista como um sistema representacional e a representação é entendida de forma mais ampla como uma forma de apreender o processo de significação do mundo.

A teoria analisa as relações de poder, visando também corrigir o feminismo tradicional que ignora, sub-representa ou até vai de encontro às necessidades de mulheres com deficiência, como por exemplo a capacidade reprodutiva de seus corpos (a maternidade é vista como quase compulsória para mulheres sem deficiência), ou a escolha pelo aborto de fetos com deficiência – negando portanto a existência dessas pessoas –, ou a luta das mulheres por autonomia e independência que ignora as

² No original: “Feminist disability studies shows that disability—similar to race and gender—is a system of representation that marks bodies as subordinate, rather than an essential property of bodies”.



necessidades dos corpos de mulheres com deficiência. Foca também nos padrões de significado atribuídos ao corpo com deficiência.

Garland-Thomson (2001) estabelece paralelos comuns entre os significados sociais atribuídos aos corpos femininos e aos com deficiência, como o fato de serem representados como inferiores e desviantes. Aristóteles, por exemplo, considerava a mulher um “homem mutilado”, ou seja, um homem com deficiência; esses corpos têm em comum o acesso restrito à participação na vida pública e econômica, ficam circunscritos ao âmbito doméstico, e são definidos a partir de oposições estabelecidas com a norma (homens e pessoas sem deficiência). Garland-Thomson (2001, p. 06, tradução nossa) aponta ainda algumas das principais premissas da teoria feminista da deficiência afirmando “[...] que representação estrutura a realidade; que a margem define o centro; que gênero e deficiência são formas de significar relações de poder; que a identidade humana é múltipla e instável; e que todas as análises e avaliações têm implicações políticas”³. Além disso, afirma que essas premissas podem ser divididas em quatro aspectos: representação, corpo, identidade e ativismo.

A representação é percebida de forma mais ampla como uma forma de entender o processo de significação do mundo. Os estudos feministas da deficiência vêm as narrativas sobre as mulheres e pessoas com deficiência como sistemas representacionais que dão sentido às variações humanas. A mídia, por exemplo, como instituição generificada e generificadora, reforça a ordem de gênero vigente e ajuda em sua construção, principalmente através de representações de formas e posições de sujeito. Na literatura encontramos alguns estudos que apontam estratégias midiáticas que sustentam a posição hegemônica masculina no esporte como a cobertura desigual dada a homens e mulheres também no âmbito Paralímpico (MARCELLINI, 2012; LEE, 2013; FIGUEIREDO, 2017).

Na categoria corpo, Garland-Thomson (2001) afirma que mulheres e pessoas com deficiência também são pensadas através de seus corpos, ambas sujeitas à disciplinarização preconizada por Foucault, e sofrem as pressões sociais para se conformarem com as expectativas culturais. O corpo é, indubitavelmente, espaço de hierarquia e poder. Sua docilidade e disciplinarização foram necessárias para que a produção capitalista alcançasse êxito. O corpo, de acordo com Foucault é construído, moldado e remoldado pela intersecção de uma variedade de práticas discursivas disciplinares. A materialidade do corpo é indeterminada, seus limites negociáveis, ou seja, mais do que limites ele incorpora um conjunto de possibilidades. A teoria feminista da deficiência acredita que se vivermos tempo suficiente em algum momento nos tornaremos ou seremos pessoas com deficiência, e, portanto, o melhor seria criar ambientes equitativos.

Sobre o terceiro aspecto, a identidade, os estudos feministas passaram a entender a mulher como um ser de múltiplas identidades e não como uma entidade unitária. Como categoria de análise a deficiência acrescenta aos estudos feministas questões como: os privilégios de ser “normal”, a

³ No original: “that representation structures reality; that the margins define the center; that gender and disability are ways of signifying relationships of power; that human identity is multiple and unstable; and that all analysis and evaluation has political implications”.



construção social do corpo sem deficiência, as diferenças nas relações de poder dentro do grupo de mulheres. O gênero acrescenta aos estudos da deficiência a diferença nas relações de poder, questões sobre reprodução e sexualidade e a forma como gênero impacta a identidade da pessoa com deficiência.

E, finalmente, o ativismo baseado em educação integrativa e com o objetivo de mudar as representações negativas de mulheres e pessoas com deficiência.

De acordo com Garland-Thomson (2005) existem 5 narrativas sobre a deficiência que dominam seu entendimento: 1) narrativa biomédica em que a deficiência é vista como uma falha fisiológica; 2) narrativa sentimental, em que a pessoa com deficiência é vista como digna de pena; 3) narrativa da superação, como uma compensação sobre a própria deficiência; 4) narrativa da catástrofe, deficiência como uma situação dramática que exige coragem; 5) narrativa da abjeção, deficiência deve ser evitada. Raramente vemos narrativas que apresentam a deficiência como uma parte do espectro do que é ser humano, como uma característica particular de um corpo, ou como a materialização da história de um indivíduo. Ainda segundo Garland-Thomson (2005) a deficiência é uma importante categoria para a teoria feminista porque questiona identidade, teoriza a interseccionalidade e investiga a corporalidade.

Assim, compõem a deficiência aqueles que fogem dos padrões socialmente estabelecidos, ou seja, há um sistema de opressão circulando também no âmbito da deficiência, por isso é importante discutir relações de poder. E os meios de comunicação são locais onde esses corpos são representados, muitas vezes, através do tensionamento dessas relações de poder. No esporte, por exemplo, as relações de poder sempre estiveram presentes, o que ocasionou uma estrutura de desigualdade. Mesmo em meio a uma sociedade patriarcal a mulher conseguiu no decorrer dos anos construir seus espaços.

Conforme afirma Krystal Cleary (2018) por um lado os estudos feministas da mídia revelam ser os meios de comunicação o local onde as noções de gênero, corpo e diferença são construídos, por outro os estudos da deficiência apontam que o capacitismo opera como uma força opressora não só na economia, nas relações sociais, na falta de direitos, mas também na mídia. Assim, concordando com o pensamento de Garland-Thomson e Cleary, entendemos que tanto os estudos feministas quanto os da deficiência trabalham de forma interdisciplinar as questões de identidade, representação, corpo e poder. Os estudos feministas da deficiência quando se voltam para a mídia geram análises não só interessantes como necessárias, sobre gênero e deficiência, além de outras intersecções que podem se fazer presentes.

3 Método e corpus de análise

Para este estudo analisamos as manchetes publicadas na home page do portal de notícias Globo.com, de 24 de Agosto a 05 de Setembro de 2021, período em que ocorreu os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 (adiado por conta da pandemia de Covid-19), focando na diferença de representação



entre atletas homens e mulheres. A coleta de dados foi realizada durante todos os dias do evento em dois momentos, às 8h da manhã, a fim de dar conta das provas que aconteceram pela madrugada, e novamente às 13h, para buscar as atualizações e novas informações sobre as competições que ocorreram pela manhã.

Consideramos que, da mesma forma que as primeiras páginas de jornais impressos e as escaladas dos noticiários televisivos e radiofônicos apresentam uma seleção de notícias que, segundo a política editorial da empresa, merecem relevância e atenção, na homepage dos sites e portais noticiosos também se encontram os destaques daquele momento. Além disso optamos pelo portal de notícias Globo.com, pois de acordo com dados da SimilarWeb⁴, este era o informativo digital mais acessado durante o período da pesquisa.

Do universo de 174 manchetes encontradas na home page, 13 foram excluídas por não retratarem, nem direta nem indiretamente, nenhum atleta ou equipe, e outras 19 foram excluídas por se tratar de repetições (manchetes que já haviam sido coletadas em outro momento ou dia), o que nos deixou um corpus de 142 manchetes distintas. Seguindo os preceitos da análise do conteúdo, quantitativa e qualitativa, investigamos as seguintes categorias: tema da manchete; gênero; nome do(a) atleta; presença ou não de fotografia. A fim de termos uma melhor ideia sobre a representação das mulheres, realizamos cruzamentos de dados entre as categorias analisadas e o gênero do(a) atleta representado(a).

Alguns autores se debruçaram sobre os dados relativos à cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos e concluíram que as mulheres são sub-representadas e estigmatizadas. No presente estudo percebemos não só que os resultados encontrados estão de acordo com a literatura internacional como também corroboram estudos anteriores nossos sobre a cobertura brasileira dos jogos em edições passadas (FIGUEIREDO, 2014; HILGEMBERG et al., 2019). Cerca de 55% das manchetes da home page representavam atletas do sexo masculino, no texto ou na foto ou em ambos, cerca de 32% retratavam apenas mulheres, 10% tratavam de homens e mulheres e em 9% das chamadas não foi possível identificar o sexo do atleta.

Buscando entender o motivo da representação feminina menor, buscamos o número de medalhas conquistadas. Os homens (em esportes individuais e coletivos) foram responsáveis por 59,7% das medalhas, e as mulheres por 34,7% (as restantes 5,5% vieram de competições mistas). Da mesma forma pontuamos que dos 253 atletas presentes em Tóquio, 164 eram homens e 96 mulheres.

Ou seja, 55% das manchetes tratavam de atletas homens, detentores de 59,7% das medalhas e por 63% da participação em Tóquio, e 32% eram exclusivamente sobre mulheres, que voltaram dos Jogos Paralímpicos com 34,7% das medalhas brasileiras e que representavam 36% da delegação. Podemos perceber que há proporcionalidade entre número de participantes, de medalhas conquistadas e manchetes publicadas na home page da Globo.com. O que nos leva a crer que os resultados positivos

⁴ Disponível em <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/brazil/category/news-and-media/>



dos e das atletas, independente do sexo, são usados como valores-notícia para que a informação adquira destaque na página principal do portal.

Voltando nossa atenção para o número de fotografias concluímos que das 109 imagens que compõem nosso corpus 69 (63,3%) apresentavam atletas do sexo masculino, 36 (33%) esportistas mulheres e o restante eram fotografias mistas. O que mantém a proporcionalidade acima encontrada e refuta diversos estudos que apontam sub-representação feminina. Pappous et al (2007), por exemplo, demonstraram que proporcionalmente as mulheres eram menos representadas nas fotografias durante a cobertura de três Paralimpíadas (Atlanta/1996, Sidney/2000 e Atenas/2004) nos periódicos espanhóis. Pesquisa semelhante foi realizada no Reino Unido por Thomas e Smith (2003) durante a cobertura dos Jogos de Sidney e resultados semelhantes foram encontrados. A fim de compreender seus dados, os últimos autores citados apontam como justificativa o fato de haver menos mulheres participando do evento. Pappous et al (2011) em um estudo que analisa a evolução da cobertura fotográfica em dez jornais de cinco países europeus (Espanha, Reino Unido, Alemanha, França e Grécia) entre os Jogos de Sidney/2000 e Pequim/2008 alertam que as pesquisas que tratam da representação de mulheres nos Jogos Paralímpicos devem levar em consideração os fatores estruturais como número de participantes, eventos e medalhas de cada gênero como influenciadores da cobertura midiática assimétrica. Nossos dados corroboram essa ideia, uma vez que o Brasil foi representado por mais homens que mulheres, e os primeiros também obtiveram mais medalhas.

No entanto, nesse mesmo estudo Pappous et al (2011, p. 1185 tradução nossa) afirmam que “[...] os números nem sempre são suficientes para traduzir significância”⁵. Da mesma forma, os estudos feministas da deficiência nos levam a pensar em uma reestruturação da subordinação dos corpos ao analisar por que estruturas sociais operam no sentido de normalizar alguns corpos e não outros, tentando entender a experiência da mulher dentro de uma sociedade patriarcal e corponormativa. Nossos resultados, portanto, apontam para algo mais profundo, as barreiras culturais, econômicas e sociais para a participação de mulheres com deficiência no esporte.

Pensar em equidade de gênero na cobertura midiática também nos faz refletir sobre as chances de participação no esporte paralímpico para homens e mulheres, não apenas no âmbito do número de vagas e esportes oferecidos nos Jogos, mas também no processo de gestão esportiva. Podemos citar a ausência de representatividade das mulheres no processo de gestão, que pode influenciar a implementação de políticas institucionais que venham a atender às demandas das atletas do sexo feminino.

Como dissemos, o esporte é um fenômeno generificador que espelha concepções dominantes de masculinidade, feminilidade e corponormatividade. Marcellini (2012) reforça essa ideia de que as mulheres com deficiência são vítimas de discriminação dupla, ou até mesmo pena dupla – por serem deficientes e mulheres. Ao representar homens e mulheres de forma desigual, tanto quantitativa quanto

⁵ No original: “(...) numbers are not always sufficient to translate significance”.

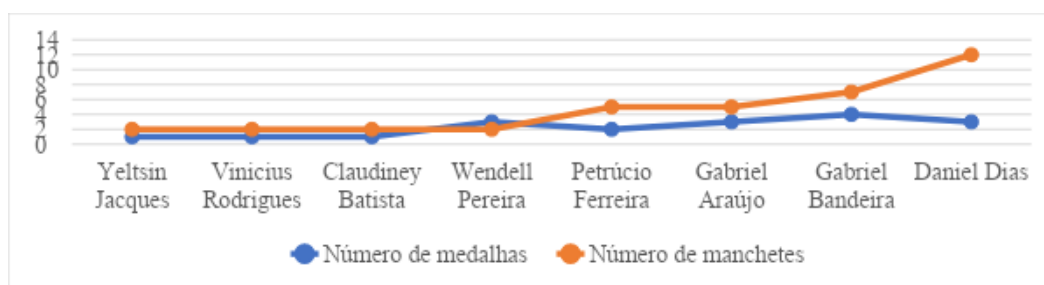
qualitativamente, os meios de comunicação promovem a ideia de que os homens possuem mais valor do que as mulheres, e que o esporte real é feito por e para os homens. Nossos dados apontam resultados mais positivos à medida em que não houve sub-representação numérica das mulheres atletas, no entanto deixam claro as questões estruturais associadas à participação da mulher com deficiência no âmbito esportivo.

Mas além de saber quantas vezes homens e mulheres foram representados, cabe também analisar quem são os e as atletas presentes na mídia. Das manchetes publicadas na home page da Globo.com pouco mais de 50% não identificaram o atleta nominalmente, ficando a identificação do gênero por conta da presença de foto ou por palavras generificadas como “brasileira”, “atleta paralímpico” ou pela presença de “feminino” e “masculino” quando se tratava de esporte coletivo.

Os homens foram citados nominalmente em 58,4% das manchetes. Onze atletas foram citados uma vez, quatro apareceram duas vezes, e outros quatro tiveram seus nomes publicados em múltiplas ocasiões (Daniel Dias – 12; Gabriel Bandeira – 7; Gabriel Araújo – 5; Petrócio Ferreira – 5). Quando nos foi possível identificar a representação de mulheres, elas foram nomeadas em 46,6% dos casos: oito atletas foram citadas apenas uma vez, quatro foram citadas duas vezes e apenas uma – Carol Santiago – apareceu em seis ocasiões diferentes. Esses dados corroboraram outro estudo nosso (FIGUEIREDO, 2017) em que analisamos a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Londres 2012 pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, concluindo que dos dez atletas mais citados pelos impressos apenas uma era mulher.

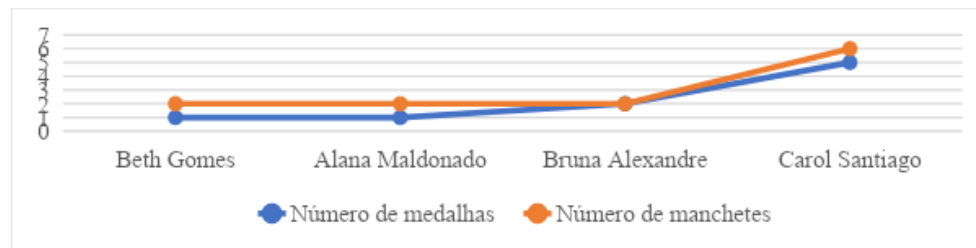
Ao notar essas diferenças, voltamos à hipótese anterior de que o número de vezes que um atleta é representado está diretamente relacionado ao seu número de medalhas. Notamos que dois atletas do sexo masculino que alçaram a home não conquistaram medalha, o mesmo não aconteceu com as mulheres; todas elas atingiram algum lugar do pódio.

Gráfico 1: Número de notícias e número de medalhas de atletas do sexo masculino citados múltiplas vezes.



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

Gráfico 2: Número de notícias e número de medalhas de atletas do sexo feminino citadas múltiplas vezes.



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

Como podemos observar pelos gráficos 1 e 2, mais atletas do sexo masculino foram representados múltiplas vezes, e como era de se esperar atletas com maior número de medalhas também foram aqueles mais citados. O que percebemos é que existem outras variáveis que podem impactar na cobertura jornalística. Daniel Dias, por exemplo, obteve três medalhas de bronze, mas apareceu em doze manchete, essa diferença pode ser explicada pelo fato de o nadador ser o atleta paralímpico mais famoso e com maior número de medalhas do Brasil, e por estar se aposentando, fazendo de Tóquio sua última Paralimpíada. Outro caso, como de Wendell Pereira, que voltou do evento com três medalhas (uma de ouro, uma de prata e uma de bronze) e foi citado em apenas duas manchetes, pode talvez ser explicado pela hierarquia da deficiência (quando algumas deficiências têm mais tempo de mídia) (FIGUEIREDO, 2017; HARDIN, M.; HARDIN, B., 2004). Percebemos também pelos gráficos que apenas Carol Santiago, que conquistou cinco medalhas em Tóquio, foi nomeada em mais de duas manchetes.

As manchetes que nomeavam os e as atletas em sua totalidade referiam-se especificamente a esses e essas esportistas, trazendo resultados, agenda dos jogos e histórias de vida. As manchetes em que o gênero representado foi identificado através das fotografias ou de palavras generificadas foram categorizadas da seguinte forma: representação, equipe e individual. As representações tratavam de manchetes que traziam a foto do atleta como representante de uma nação (como na publicação de 28 de Agosto de 2021: “Brasil chega a 6 ouros; confira o quadro de medalhas” ilustrada com a foto de uma atleta brasileira no pódio beijando a medalha), de uma modalidade (como encontrado no dia 03 de Setembro de 2021: “SIGA o final da natação com brasileiros bem cotados”). Nessa categoria encontram-se cerca de 17,8% das manchetes que traziam mulheres como representantes 17,3% dos homens. Levando em consideração a ideia de proporcionalidade explorada anteriormente, percebemos aqui um dado positivo que mostra que as mulheres tanto quanto homens

são vistas como representantes de sua nação e da modalidade na qual compete. A segunda categoria são manchetes que trazem informações sobre as equipes, correspondendo a 19,3% sobre os homens e 24,4% das mulheres. Percebemos uma tendência à maior representação de equipes femininas do que masculinas, mesmo tendo o Brasil conquistado maior número de medalhas em esportes coletivos entre os homens. Esse dado reforça a terceira categoria (individual) em que atletas são representados, mas não nomeados. Cerca de 5% das manchetes sobre os homens e de 11% das mulheres se enquadram aqui. Percebemos a invisibilização e apagamento de atletas do sexo feminino que são representadas fotograficamente, têm seus feitos contados, porém seus nomes são suprimidos.

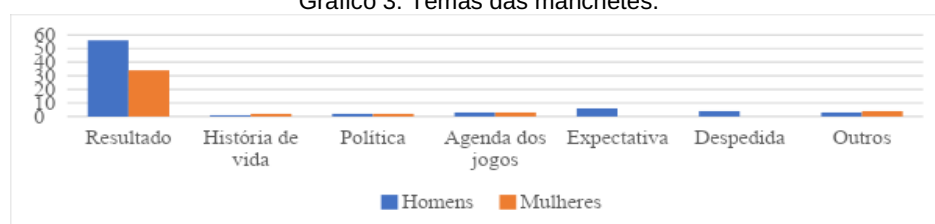
Segundo Moraes (2000, p. 49) o nome é “[...] um dos direitos mais essenciais da personalidade”. A psicanálise estabelece que o nome humaniza o sujeito, suportando a identidade social bem como a identidade subjetiva. Em entrevista para outro trabalho nosso (FIGUEIREDO, 2017, p. 162), a atleta paralímpica Terezinha Guilhermina afirma a importância do uso do nome.

Desde que meu nome venha primeiro eu não tenho problema. [...] então vem Terezinha primeiro, Terezinha Guilhermina é o meu nome, e eu prefiro que seja eu primeiro e depois vem o resto das informações. Porque eu acho que é..., você quando fala o nome da pessoa, ela é um todo, ela tem uma identidade.

Para a velocista, sua identidade como pessoa é ainda mais importante do que sua identidade como atleta, reforçando a importância do People First Language, em que a pessoa é reconhecida antes de qualquer característica. O objetivo principal desse tipo de linguagem é criar enquadramentos positivos das pessoas com deficiência e evitar que palavras consideradas inadequadas ou insensíveis sejam utilizadas.

A linguagem, muitas vezes, é utilizada para separarmos o mundo em que vivemos e não se constitui em um sistema referencial transparente, ou seja, ela não se refere direta e objetivamente aos objetos. Como nos afirma Hall (1997) a linguagem é um dos principais sistemas que influenciam na constituição de nossas percepções. Assim ao não nomear as mulheres a mídia as invisibiliza. Feministas pós-estruturalistas discutem o discurso como um sistema de linguagem, pensamento e práticas a partir dos quais se produz sentidos históricos e culturais (AMSTERDAM; KNOPPERS; JONGMANS, 2015).

Gráfico 3: Temas das manchetes.



Fonte: Gráfico produzido pela autora.



De acordo com Schantz e Gilbert (2001) os meios de comunicação de massa tendem a enfatizar ações, recordes, performances, resultados, estatísticas e bastidores quando representam o esporte. A cobertura midiática dos atletas com deficiência muitas vezes centra-se predominantemente sobre a performance e os sucessos, enfatizando a importância dos recordes, medalhas e tempos. Reichhart e Myazhiom (2012) analisaram a cobertura dos Jogos Paralímpicos no jornal L'Equipe de 1960 a 2004, e perceberam que durante todo o período os resultados de diferentes esportes foram apresentados, e quebra de recordes anunciadas. Bertling (2012) que analisou os jogos de Sydney/2000 e Salt Lake City/2002 em três jornais diários alemães, chegou à conclusão semelhante, ou seja, a cobertura teve ênfase em resultados. Os autores complementam esse dado afirmando que esse tipo de cobertura pode ser produzida sem muitos custos, uma vez que é alimentada pelas agências de notícia. No entanto, ao anunciar medalhas, tempos e recordes e seus significados acreditamos que os jornalistas demonstram dar maior importância ao factual, aproximando a cobertura do esporte paralímpico à do esporte olímpico, ou mesmo do esporte em geral. Corroborando outros estudos (HILGEMBERG et al, 2019; FIGUEIREDO, 2017) nossos dados (Gráfico 03) apontam que a maior parte das manchetes se centrava sobre os resultados (medalhas, recordes, classificatórios, partidas) – 75,5% dos temas que envolviam mulheres e 72,6% de chamadas que versavam sobre atletas do sexo masculino. O que também notamos é o foco em resultados positivos, ou seja, em vitórias, dando muito pouco espaço para fracassos e derrotas. E aqui voltamos à proporcionalidade. Apesar de ter mais representatividade numérica nos Jogos, apenas 5,3% do corpus analisado tratava sobre derrotas de atletas homens, enquanto as mulheres em menor número obtiveram 11,7% desse tipo de manchete.

O esporte foi criado como prática masculina e para pessoas sem deficiência, dando prioridade para alguns tipos de movimentos humanos, e com um certo número de padrões através dos quais os atletas são avaliados. Esses padrões, segundo Brittain (2004), visam destacar e reverenciar a perfeição corporal através de designações que aparecem em contraste com a imagem do esporte para pessoas com deficiência, vistas com “doentes”, “aleijados”, “deficientes”, “mutilados” (SCHANTZ; GILBERT, 2001). Além disso, o esporte é também generificador, espelhando concepções dominantes de masculinidade e feminilidade (KNIJNIK, 2004).

Assim, percebemos aqui, um processo, ainda que tímido, de equidade na representação de homens e mulheres, com a presença de alguns apagamentos e silenciamentos mais acentuados na cobertura de atletas do sexo feminino, sendo esses últimos estratégias que impedem o processo de empoderamento.



4 Apontamentos finais

Como afirma Butler (2019, p. 219):

[...] ser mulher é, por definição, estar em uma situação de opressão. [...] ao mesmo tempo que existe um esforço para combater a invisibilidade da mulher, o feminismo corre o risco de tornar visível uma categoria que pode não ser, de fato, representativa da vida concreta de todas as mulheres.

As mulheres com deficiência não sofrem as mesmas pressões de mulheres sem deficiência, primeiramente porque não são vistas como mulheres pela sociedade. E, por isso, nem sempre o feminismo dá conta das particularidades dessas mulheres. Os estudos feministas da deficiência surgiram como uma forma de pensar essa intersecção de maneira mais específica, é “[...] o reconhecimento que cada mulher nunca é simplesmente uma ‘mulher’, mas sim uma multiplicidade de identidades de um espectro de categorias culturais, muitas das quais extrapolam as diferenças físicas”⁶ (GARLAND-THOMSON, 1994, p. 583, tradução nossa).

Ao reconhecer gênero como uma categoria que afeta as investigações acadêmicas, as feministas foram obrigadas a pensar que outras identidades sociais deveriam ser reconhecidas. Em seu artigo (Re)fusing the Amputated Body: An interactionist bridge for feminism and disability Alexa Schriempf (2001) afirma que ser uma mulher com deficiência não significa que sua identidade enquanto mulher e pessoa com deficiência seja construída em ruptura, mas como uma soma de categorias.

Quando analisamos as representações midiáticas da mulher com deficiência no campo esportivo, não só tratamos da intersecção entre mulher e deficiência, mas adicionamos também a categoria esportiva construída a partir de um poder hegemônico masculino. Nossos dados demonstram que as mulheres foram menos representadas textual e fotograficamente, porém que essa aparente sub-representação pode ser explicada pelo menor número de medalhas e de representantes femininas na delegação. Contudo essa explicação não exclui a reflexão sobre o acesso desigual dessas mulheres ao campo esportivo. Percebemos também que as mulheres foram menos nomeadas, que seus resultados positivos foram temática frequente, mas que comparativamente com os homens suas perdas tiveram mais destaque.

Este é um estudo preliminar, parte de um projeto maior que visa analisar como os e as atletas são representados por portais de notícia durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 e tem como grande limitador o fato de focar apenas nas manchetes publicadas na home page, reduzindo o alcance da análise, mas abrindo caminho para um estudo mais aprofundado que será realizado na sequência.

⁶ No original: “(...) an acknowledgement that every woman is never simply a “woman” but is multiply identified across a spectrum of cultural categories, many of which are extrapolated from human physical differences”.



Referências

- AMSTERDAM, N. V.; KNOPPERS, A.; JONGMANS, M. **'It's actually very normal that I'm different'. How physically disabled youth discursively construct and position their body/self.** *Sport, Education and Society*, v. 20, n. 2, p. 152-170, 2015.
- BERTLING, C. **Disability Sports in the German Media.** In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport.* Illinois: Common Ground Publishing LLC, p. 55-64, 2012.
- BRITAIN, I. **Perceptions of Disability and their Impact upon Involvement in Sport for People with Disabilities at all Levels.** *Journal of Sports & Social Issues*, v. 28, n. 4, p. 429-452, 2004.
- BUTLER, J. **Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista.** In: HOLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BUYSSE, J. A. N.; BORCHEDING, B. **Framing Gender and Disability: A cross-cultural analysis of photographs from the 2008 Paralympic Games.** *International Journal of Sport Communication*, 3, p. 308-321, 2010.
- CLEARY, K. **Disability Studies.** *Feminist Media Histories*, v. 4, n. 2, p. 61-66, 2018.
- CROSSMAN, J.; VICENT, J.; HARRIET, S. **The Times they are A-Changin: Gender comparisons in three national newspapers of the 2004 Wimbledon Championships.** *International Review for the Sociology of Sport*, 42, p. 27-41, 2007.
- FIGUEIREDO, T. H. **Gênero e Deficiência: Uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012.** *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 11, n. 2, p. 484-497, 2014.
- FIGUEIREDO, T. H. **Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa.** 2017. 221f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GARLAND-THOMSON, R. **Redrawing the boundaries of feminist disability studies.** *Feminist Studies*, v. 20, n. 3, p. 582-595, 1994.
- GARLAND-THOMSON, R. **Re-shaping, Re-thinking, Re-defining: Feminist Disability Studies.** Barbara Waxman Fiduccia Papers on Women and Girls with Disabilities Center for Women Policy Studies, 2001.
- GARLAND-THOMSON, R. **Feminist Disability Studies.** *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 2, 2005.
- GOLD, J. R.; GOLD, M. M. **Access for all: The rise of the Paralympic Games.** *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 127, n. 3, p. 133-141, 2007.
- HALL, S. The spectacle of the "Other". In: HALL, S. (Ed.) **Representation: cultural representations and signifying practices.** Londres: Sage/Open University, p. 223-290, 1997.
- HARDIN, M.; HARDIN, B. **The Supercrip in sport media: Wheelchairs athletes discuss hegemony's disabled hero.** *Sosol*, 7. 2004. Disponível em: <http://physed.otago.ac.nz/sosol/v7il/v7il.html>. Acesso em: 15 Mar. 2008.
- HILGEMBERG, T.; ARAÚJO, B. C. C.; LIMA, A. S. **Gênero, esporte e deficiência na cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos Rio-2016.** *Revista Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 1, p. 2-21, 2019.
- KITTAY, E. **Love's Labor: essays on women, equality, and dependency.** Nova York: Routledge, 1999.
- KNIJNIK, J. D. **Rosa versus azul: estigmas de gênero no mundo esportivo.** In: FÓRUM DE DEBATE SOBRE MULHER & ESPORTE: Mitos e Verdades, 3., 2004, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2004. p. 63-67.
- KOIVULA, N. **Gender Stereotyping in Televised Media Sport Coverage.** *Sex Roles*, v. 41, n. 7/8, p. 589-604, 1999.



- LEE, M. J. **Images of Athletes with Disabilities: An analysis of photographs from the 2012 paralympic games.** 2013. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Kinesiology, University of Alabama, Alabama. 2013.
- LENSKYJ, H. **"Inside Sport" or "On the Margins"? Australian Women and the Sport Media.** International Review for the Sociology of Sport, v.33, n.1, p.19-32, 1998.
- MARCELLINI, A. **French Perspectives on the Media and Paralympics.** In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport. Illinois: Common Ground Publishing LLC, p. 95-104, 2012.
- MELO, V. A. de. **Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910).** Revista Brasileira de História, v. 27, p. 127-152, 2007.
- MORAES, M. C. B. **Sobre o Nome da Pessoa Humana.** Revista da EMERJ, v. 3, n. 12, p. 48-74, 2000.
- PAPPOUS, A.; CRUZ, F.; LÉSÉLEUC, E.; GARCÍA, M. P.; MUNOZ, A.; SCHMIDT, J.; MARCELLINI, A. **La Visibilidad de la Deportista Paralímpica en la Prensa Espanola.** Revista de Ciencias del Ejercicio Físico, p.12-32, 2007.
- PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A.; LÉSÉLEUC, E. **From Sydney to Beijing: the evolution of the photographic coverage of Paralympic Games in five European countries.** Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, v. 14, n. 03, p. 345-354, 2011.
- PEDERSEN, P. M. **Examining Equity in Newspaper Photographs – a content analysis of the print media photographic coverage of interscholastic athletics.** International Review for the Sociology of Sport, v. 37, n. 3/4, p. 303-318, 2002.
- PEREIRA, E. G. B.; PONTES, V. S.; RIBEIRO, C. H. V. **Jogos Olímpicos de Londres 2012: Brasileiros e brasileiras em foco.** Revista de Educação Física/UEM, v. 25, n. 2, 2. Trim., p. 257-271, 2014.
- REICHHART, F; MYAZHIOM, A. C. L. **Media Coverage of the Paralympic Games from 1960 to 2004 by the Sport Newspaper 'L'Equipe': Change in event a participation representation.** In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport. Illinois: Common Ground Publishing LLC, p. 25-36, 2012.
- SCHANTZ, O.; GILBERT, K. **An Ideal Misconstrued: Newspaper coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany.** Sociology of Sport Journal, 18, p. 69-94, 2001.
- SCHRIEMPF, A. **(Re)fusing the Amputated Body: An interactionist bridge for feminism and disability.** Hypatia, v. 16, n. 4, p. 53-79, 2001.
- THOMAS, N.; SMITH, A. **Preoccupied with able-bodiedness? An analysis of British Media Coverage of the 2000 Paralympic Games.** Adapted Physical Activity Quarterly, 20, p. 166-181, 2003.

Recebido em: 15/09/2022
Aceito em: 05/11/2022